



**FACULDADE DE TECNOLOGIA DO NORDESTE  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CÁCIA MARIA RAMOS MATEUS**

**A CLASSE QUE SOBREVIVE DO TRABALHO:  
UM ESTUDO SOBRE O MODO DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS  
FACCIONISTAS.**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2018**

**CÁCIA MARIA RAMOS MATEUS**

**A CLASSE QUE SOBREVIVE DO TRABALHO:  
UM ESTUDO SOBRE O MODO DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS  
FACCIONISTAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Tecnologia do Nordeste, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gomes de Andrade.

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2018**

Dados Internacionais de catalogação na publicação  
Faculdade Terra Nordeste  
Sistema de Bibliotecas  
gerada automaticamente pelos dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MATEUS, CÁCIA MARIA RAMOS MATEUS  
A CLASSE QUE SOBREVIVE DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O  
MODO DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS FACCIÓNISTAS.. [recurso  
eletrônico] / CÁCIA MARIA RAMOS MATEUS MATEUS. -  
FORTALEZA, 2018.  
1 CD-ROM; 4¼ pol.  
CD-ROM contendo o arquivo em formato PDF do trabalho  
acadêmico com 46 folhas, acondicionado em caixa de DVD  
Slim (19 x 14 cm x 7 mm).  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade  
Tecnologia do Nordeste, Graduação em serviço social ,  
FORTALEZA, 2018.  
Área de Concentração: serviço social  
Orientação: Dr. FRANCISCO GOMES DE ANDRADE  
1. Trabalho. 2. Precarização. 3. Costureira Faccionista.  
I. Título.

**CÁCIA MARIA RAMOS MATEUS**

**A CLASSE QUE SOBREVIVE DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O  
MODO DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS FACCIÓNISTAS.**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado no curso de Serviço  
Social da Faculdade de Tecnologia  
do Nordeste, como requisito parcial  
à obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social.

CONCEITO:

*Satisfatório*

APROVADO EM:

*05/10/2018*

**BANCA EXAMINADORA**

*Francisco Gomes de Andrade*

Prof. Dr. Francisco Gomes de Andrade (Orientador)  
Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE

*Francisca Edinalda Lima dos Santos*

Prof. Ms. Francisca Edinalda Lima dos Santos  
Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE

*Maria da Conceição Reis Silva*

Prof. Ms. Maria da Conceição Reis Silva  
Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE

Dedico este trabalho, especialmente para minha mãe: **Maria Carmelita Ramos**. Ao Meu esposo e filhas; Meu pai e irmãos que sempre estiveram presente em todos os momentos e que me apoiaram, ajudaram e confiaram na conquista deste meu objetivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pelo seu amor e misericórdia em minha vida e por permanecer comigo em todos os momentos, onde pensei não ter mais forças para continuar.

Agradeço à minha mãe Maria Carmelita Ramos que, sempre me apoiou em tudo que desejei fazer, no qual foi minha inspiração para o estudo desse tema, pois sempre é meu maior exemplo em todos os momentos da vidas.

Ao meu pai Antônio Cornélio Teixeira Lessa, que sempre me encorajou a ir além e esteve ao meu lado, torcendo pela conquista desse sonho.

Ao meu esposo Francinaldo de Sousa Mateus que me incentivou e teve a compreensão que necessitava, estando sempre ao meu lado, suportando minhas horas de ausência e angustias.

Às minhas filhas Kassiely e Franciely, pela paciência e compreensão quando as vezes estava um pouco mau humorada e estressada.

Às minhas amigas da FATENE Damas, que dividiram comigo esse sonho e também as alegrias e angustias da vida acadêmica, onde recebi força e positividade pra continuar. E sem esquecer, as demais amigas do curso de Serviço Social.

Aos meus familiares e amigos que, me incentivaram à procurar novas conquistas e torceram por mim.

Às minhas professoras, que me proporcionaram uma nova aprendizagem, no mundo acadêmico e contribuíram para o meu crescimento profissional.

Ao professor Francisco Gomes de Andrade, pela sua experiência e paciência, fundamentais para que eu conseguisse desenvolver o meu trabalho.

E em homenagem a meu sogro, Francisco Paulo Mateus da Silva que se foi, antes de viver conosco a realização desse sonho.



### **A agulha e a linha**

Era uma vez uma agulha que disse a um novelo de linha:

- Por que é que você está todo orgulhoso?

O novelo olhou, sorriu e respondeu:

- Ora, porque eu coso.

A agulha zangou-se:

- Como, cose?... Sou eu que coso apenas eu.

O novelo riu outra vez:

- Coso, pois sim... Você apenas fura este pano verde de feltro, mas eu é que coso.

A agulha ficou tão nervosa que deu uma picada na costureira:

- Você não vê que a costureira só se preocupa comigo?

O novelo ficou calado. O vestido ficou pronto, foi experimentando e, logo depois embrulhado. Nessa hora o novelo de linho virou-se para agulha:

- E agora? Quem vai para o baile?...

*(Assis, 1975)*

## RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre o modo e trabalho das costureiras faccionistas. Estabelecendo como objetivo geral, compreender como ocorre a exploração capitalista no modo de trabalho das costureiras faccionistas, e apontar quais as transformações ocorridas no mundo do trabalho que age diretamente no labor dessa classe operária. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual algumas obras de celebres autores foram analisadas a fim de consubstanciar esse estudo. Na análise foi possível compreender que o desenvolvimento do sistema de produção capitalista e seus aspectos sociais de exploração e desvalorização de sua mão de obra são consistentes nesse tipo de trabalho. Posteriormente é abordado o capital fetiche e mais-valia, as mudanças ocorridas no processo de transformação do trabalho, e as consequências dessas transformações no mundo do trabalho das costureiras, assim como, a crise capitalista e o modo do trabalho das costureiras, onde podemos constatar que as transformações do mundo do trabalho, afetam o labor das costureiras faccionistas, trazendo precarização e exploração capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho, Precarização, Terceirização, Costureira Faccionista.

## **ABSTRACT**

This work is a study on the mode and work of the faction seamstresses. Establishing as a general objective, to understand how capitalist exploitation occurs in the mode of work of factional seamstresses, and to point out the transformations that have occurred in the world of labor that acts directly in the labor of this working class. It is a bibliographical research, in which some works of famous authors were analyzed in order to substantiate this study. In the analysis it was possible to understand that the development of the capitalist production system and its social aspects of exploitation and devaluation of its workforce are consistent in this type of work. Later capital fetish and surplus value, changes in the labor transformation process, and the consequences of these transformations in the world of the seamstress's work, as well as the capitalist crisis and the work of the seamstresses, are examined. that the transformations of the world of labor affect the work of the faction seamstresses, bringing precariousness and capitalist exploitation.

**Keywords:** Labor, Precariousness, Outsourcing, Faction Seamstress.

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Quadro 1</b>	Revolução Industrial e suas principais características. ....	<b>28</b>
-----------------	--------------------------------------------------------------	-----------

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ABESS</b>	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
<b>CEDEPSS</b>	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DESEP</b>	Departamento de Estudos Socioeconómicos e Políticos da CUT

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.</b> .....	<b>12</b>
<b>2- METODOLOGIA.</b> .....	<b>15</b>
<b>3- TECENDO APONTAMENTOS ACERCA DO TRABALHO.</b> .....	<b>16</b>
3.1- AS RELAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO: o valor sob a ótica do capital, fetichismo e a mais-valia. ....	<b>22</b>
<b>4- AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO:</b> as costureiras como objeto de estudo. ....	<b>26</b>
4.1-A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DA COSTURA EM FORTALEZA.....	<b>28</b>
<b>5- A CRISE DO CAPITALISMO</b> .....	<b>31</b>
5.1-O MODO DO TRABALHO DAS COSTUREIRAS FACCIONISTA. ....	<b>36</b>
<b>6- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Diante das incertezas do mundo do trabalho e ao longo do processo de estudo no curso Serviço Social, despertou-me para a inquietante problematização: a exploração capitalista no trabalho das costureiras faccionistas. Consideramos relevante fazer um estudo sobre o modo de trabalho dessa classe operária, onde buscamos mostrar como as transformações ocorridas no mundo do trabalho, afeta diretamente seu labor. Apontar essas transformações sob a visão de uma costureira e estudante de serviço social é um desafio, que particularmente teremos o maior prazer em realizar.

É na formação do curso de Serviço Social, que percebemos os problemas do sistema capitalista, onde ocorrem as expressões da questão social. Expressões essas, que estão manifestadas de diversas formas, precarização, exploração, alienação da força de trabalho, desigualdades sociais, entre outras.

Esse estudo possibilitará compreender como o sistema capitalista que explora a classe trabalhadora, as costureiras faccionistas.

É nesse contexto de adversidades sociais que surge a base para o nosso objeto de pesquisa, “o trabalho das costureiras faccionistas”, explanando sobre como é o processo de trabalho nas facções de costura, mostrando os desajustes sociais e a negação de direitos a que se submetem, em busca de melhores salários.

Através do estudo de Serviço Social e pelo se fazer profissional, que teremos a base necessária para embasar essa pesquisa e principalmente aprimorar os conhecimentos sobre essa problemática. Questionar sobre essa forma de exploração capitalista no processo de formação, nos trouxe a perceber como o labor das costureiras, principalmente sob o modo de flexibilização do processo trabalho, tira delas diversos direitos trabalhistas, ocasionando grande exploração capitalista.

É na luta pela garantia de direitos que “o assistente social convive diariamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria-prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais [...]” (ABESS/CEDEPSS, 1996: p.154-155). É nesse processo que vemos a necessidade em realizar um estudo sobre essas relações de trabalho onde há um grande aumento de mulheres trabalhando, sobre as diferentes maneiras de exploração capitalista, apontando os problemas e buscando soluções para que seus direitos sociais sejam garantidos.

Vivemos tempos difíceis, nosso cotidiano nos remete ao constante processo de perda de direitos e sob a ótica da reestruturação produtiva e a precarização do trabalho, onde o profissional de serviço social se relaciona diretamente com o capital e o trabalho, estando também inserido nesse sistema como trabalhador, e sofrendo as mesmas dificuldades e explorações.

As transformações no mundo de trabalho justificam-se a partir, do aparecimento do processo de industrialização e mais, as crises que surgem ao longo desse processo capitalista, trazem inúmeras maneiras de exploração da força de trabalho. Onde aqui, apontaremos sobre o que é o trabalho em vários autores, mostrando as transformações ocorridas no processo de industrialização, e, por conseguinte compreender o sistema de trabalho faccionado das costureiras com o processo das transformações do mundo do trabalho.

O objetivo geral desse estudo é compreender como ocorre a exploração do sistema capitalista no modo de trabalho das costureiras faccionistas. E os específicos são: analisar a industrialização do trabalho e o desenvolvimento do sistema de produção capitalista nas confecções de costura em Fortaleza/ CE; apreender sobre o modo de trabalho nas facções de costura, onde as transformações do mundo do trabalho agem diretamente na vida dessas trabalhadoras. Fazendo um estudo sobre o mundo do trabalho e suas principais transformações, principalmente no processo de industrialização do sistema de produção, essas transformações trazem as diversas formas de exploração capitalista.

Explanaremos primeiramente sobre o conceito de trabalho, mostrando as múltiplas transformações sociais ocasionadas pelo sistema capitalista. E essas transformações nos levaram ao modelo de trabalho que hoje é predominante em nossa sociedade capitalista.

Consideramos a metodologia bibliográfica qualitativa, mais adequada nesse caso por nos dar mais embasamento teórico em vista a compreender melhor o nosso objeto e pesquisa. Onde tivemos a compreensão de todo o percurso, que nossos autores levaram até obterem os resultados necessários para elucidarem seus questionamentos.

Para Minayo (2009), é na pesquisa científica que construímos o conhecimento necessário para ultrapassar o senso comum (que por si só é uma reconstrução da realidade). Somente através de uma pesquisa mais aprofundada,

com uma análise do processo de reestruturação capitalista, podemos perceber as mutações do sistema produtivo de exploração da mão de obra proletária, e assim percebemos quais os impactos, trazidos por esse sistema de produção nas facções de costuras de Fortaleza, que se mostram como uma das principais capitais de produção de confecções do Brasil, onde a maioria está terceirizando sua mão de obra, tentando fugir da crise do sistema capitalista.

As categorias de análises que escolhemos para o estudo foram as seguintes: o trabalho e o sistema capitalista, precarização e exploração do trabalho das costureiras faccionistas.

A primeira seção intitulada “**Tecendo apontamentos acerca do trabalho**”: abordamos as definições do trabalho para diversos autores, mostrando na visão de Marx, sobre o trabalho. Fazendo um recorte sob o que é o trabalho.

Na segunda seção apontamos “**As mudanças no mundo do trabalho: as costureiras como objeto de estudo**”: fizemos um estudo breve, sobre o sistema capitalista e sua crise, com destaque nos processos de trabalho advindos do crescimento e do desenvolvimento industrial e suas transformações do sistema de trabalho das indústrias onde mudaria o processo de industrialização crescendo e se expandindo para todo o mundo do trabalho.

Na última seção chamada “**A crise do capitalismo**”: explanamos como ocorre a precarização e exploração do trabalho das costureiras faccionistas mostrando o como é seu labor nos novos arranjos informal do sistema capitalista, na qual estas operárias estão inseridas. Apresentando as principais características desse trabalho faccionado onde o capital se apodera de sua força de trabalho explorando e retirando direitos em busca de diminuir os gastos na produção aumentando o lucro para o dono da facção.

E por último, as “**Considerações finais**”: trazemos os resultados obtidos à partir da pesquisa bibliográfica e dos levantamentos realizados no decorrer desse estudo onde a mão de obra do nosso objeto de pesquisa é explorada. Entendemos com a elaboração desse estudo, que no decorrer da história a produção têxtil já é um mercado muito produtivo. Contudo, ao longo dos anos, com a crescente concorrência das indústrias, os processos de trabalhos e conseqüentemente os trabalhadores foram desvalorizados.

Frente a isso, a costureira de facção que trabalha por produção, tem trabalhado em grande escala por cada vez menos para garantir sua subsistência.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base nos procedimentos de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa.

Para Gil (2011), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações.

A principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fator de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente.

Gil (2011) ressalta que a metodologia é um instrumento usado para se fazer ciência. É, na ciência, principalmente nas sociais, que tudo é discutível não existindo uma teoria final, pois quando pensamos que chegamos ao final de um estudo de pesquisa sobre uma determinada temática, na verdade apenas construímos um novo objeto a ser pesquisado.

Karl Marx trouxe uma importante contribuição às ciências sociais, pois sua obra permitiu a compreensão dos fenômenos sociais, como historicamente determinados e resultantes da luta de classes geradas pelas relações econômicas, a partir da exploração do trabalho humano.

Foram trabalhadas as categorias chaves: O mundo do trabalho, capital fetiche, reestruturação produtiva, precarização no trabalho das costureiras faccionistas no processo de reestruturação produtiva. Os artigos utilizados foram publicados entre os mais variados anos, contanto que abordassem sobre a temática.

Quanto ao procedimento de análise dos dados, esse objetivou ordenar os dados, após uma leitura e releitura minuciosa, organizando-os segundo autor, tema estudado, tipo de estudo realizado, local do estudo e resultados obtidos.

A classificação do material ocorreu a partir da leitura dos artigos obtidos na literatura, buscando identificar os aspectos que se assemelham e divergem entre si.

O resultado foi estabelecido a partir da articulação entre os dados obtidos nos artigos e a literatura que aborda a temática.

### 3. TECENDO APONTAMENTOS ACERCA DO TRABALHO.

É através do trabalho que o homem pode modificar o seu meio e a natureza. Para justificar essa afirmação destacaremos o valor do trabalho na visão de Karl Marx e, por conseguinte citaremos outros autores que justificam seus estudos sob essa mesma perspectiva.

O trabalho da maneira mais sublime nos possibilita a realização de sonhos, desejos pessoais e sociais, que nesse sentido o homem se satisfaz e cria novos meios de atender suas necessidades. Então para compreendermos o que é o trabalho e como ocorrem às transformações no mundo do trabalho, buscamos em Marx e diversos outros autores o embasamento necessário para respondermos a nossa problemática. Compreender como as transformações no modo de trabalho do sistema capitalista, onde ocorre a exploração, a precarização e alienação da classe operária. Aqui especificamente abordaremos as costureiras de facções de costura de Fortaleza/ CE. Para isso adentraremos no estudo sobre o que é trabalho e suas transformações até chegarmos a nosso objeto de pesquisa.

Com avanço tecnológico e o crescimento do sistema capitalista, o trabalho sofreu múltiplas transformações em seu processo de produção, trazendo várias mutações em suas relações. É através desse estudo percebemos as transformações do sistema de trabalho ocorridas ao longo dos anos, apresentando vários cenários onde o nosso objeto de estudo está inserida como classe trabalhadora e explorada.

Para justificar o seu significado de trabalho<sup>1</sup> encontramos no dicionário da língua portuguesa, inúmeras especificações que explicam o seu significado.

Assim, podemos concluir que, trabalho é qualquer tipo de esforço humano físico ou mental pra realização de uma atividade, com um objetivo de produzir algo. Onde há uma transformação da natureza e do meio pelo homem. E para essa transformação em sua produção empregam força de trabalho, onde é trocada por uma mercadoria equivalente ao trabalho produzido (MARX, 2004).

Para a maioria dos autores de Serviço Social que, discutem ‘trabalho’, como Lessa e Ivo (2011), Iamamoto e Carvalho (2012), Paulo Netto e Braz (2013),

---

<sup>1</sup> 1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. 2. Atividade coordenada de caráter físico e / ou intelectual, necessária a realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. 3. Trabalho (2) remunerado ou assalariado; serviço ou emprego. 4. Local onde se exerce essa atividade. 5. Qualquer obra realizada. 6. Lida, labuta. 7. Bras. V. feitiçaria (MINI AURELIO, 2010, p.748).

Giovanni Alves entre muitos outros de várias áreas de estudos, onde essa temática é sempre muito persistente e extremamente relevante para compreensão da nossa sociedade, o trabalho segundo estudos em Marx é a base para muitos apontamentos e diversos estudos que tratam de tantos problemas sociais advindas do sistema capitalista que afetam diretamente o nosso modo de viver em sociedade.

Corroboram vários autores com Marx quando, explana que “[...] os homens para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base eliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação a reprodução da sociedade não seria possível” (LESSA; IVO, 2011, p. 17). Pois em seu livro “O capital” Karl Marx, afirma: “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2004, p. 211).

Constantemente, o homem transforma a natureza, em seu próprio benefício. E sua transformação ocorre através e sua força manual. “O ‘produto’ do trabalho é uma matéria ‘natural’ transformada pela ação das ‘forças naturais’ da ‘corporalidade’ humana, ‘braços e pernas, cabeça e mão” (LESSA, 2007, p. 30).

Destacam ainda Lessa e Ivo, (2011, p. 21):

O trabalho e o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. É, sempre, a objetivação de uma prévia-ideação e a resposta a uma necessidade concreta. Da prévia-ideação à sua objetivação: isto é o trabalho. Vale enfatizar que, para Marx, nem toda atividade humana é trabalho, mas apenas a transformação da natureza.

E nessa transformação da natureza que o homem produz os produtos do trabalho privado necessários para ao desenvolvimento da sociedade. No mundo do trabalho os seres humanos e as civilizações conseguiram se desenvolver e alcançar um grande nível de conhecimentos, riquezas materiais, satisfação pessoal e desenvolvimento econômico no qual estamos em constantes transformações, pois o trabalho do homem vai muito além das forças biológicas. “O trabalho é, pois o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido” (IAMAMOTO, 2015, p. 60).

É através de seu trabalho que o homem adquire mecanismos necessários para a sua objetivação como se social.

Já nas palavras de Lessa (2007, p.31):

Além de transformar o mundo objetivo, o trabalho tem, também, outra consequência necessária e fundamental ao seu término o indivíduo já não é o mesmo, ele se transforma ao operar a objetivação. Isto significa que, ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam, pois imediatamente adquirem novos conhecimentos e habilidades.

Sendo assim, pela sua inteligência como ser social que o homem se transforma e se desenvolve socialmente, assim firmam alguns autores na frase: É teologicamente que o homem se diferencia dos animais, podendo criar instrumentos necessário para satisfazer suas necessidades humanas e anteciparem-se nos resultado de seu trabalho (NETO; BRAZ, 2012).

Só o homem tem a capacidade de transformar a natureza em seu próprio benefício através de seu trabalho e poder pensar cria seus meios de produção tornando-os diferente de outras espécies de seres vivos essa diferença esta relacionada à evolução humana principalmente no modo do trabalho (LESSA; IVO, 2011).

Os animais são capazes de transformar a natureza apenas para satisfazer suas necessidades básicas, o homem é diferente, esse trabalho e a objetivação de uma previa-ideação à sua objetivação, isso significa que no mundo dos homens não será submetido às mesmas leis e processos do mundo natural, pois através de sua ação transformadora se justifica o trabalho. “É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos e suas necessidades” (IAMAMOTO, 2015, p. 60).

Dessa forma, a diferença entre o trabalho que encontramos na natureza e o trabalho do homem, é dada a partir de como ele pode se beneficiar desse trabalho e mais além sobre os outros homens, nascendo daí as diferenças nas relações sociais de trabalho. Destarte podemos destacar que só através do conhecimento, emergem novas necessidades e idealizações impulsionando o homem para uma nova possibilidade de evolução social. “Em outras palavras, toda nova situação criada pela objetivação possui uma dimensão social, coletiva. [...] Não apenas o indivíduo, mas também a sociedade evolui” (LESSA, 2007, p. 31). E ao transformar a natureza, o homem produz novas situações historicamente relacionadas aos meios de

produção e de subsistências, que através do seu trabalho impulsiona o desenvolvimento social coletivo (LESSA, 2007).

Essas mudanças agem diretamente no desenvolvimento social do processo de transformação do trabalho. E na percepção de Marx, (2004):

No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 2004, p. 2012).

Se em todo o processo de trabalho o produto é o objeto concreto da força do trabalho, pode-se dizer que, esse produto se torna a produção da matéria, e daremos um valor-de-uso, iniciando-se o processo de mercantilização das forças produtivas. “Valores-de-uso que é produto de um trabalho torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultados, mas também condições do processo de trabalho” (MARX, 2004, p. 215).

Para complementar a relação homem-trabalho, Marx (2004, p. 214) afirma:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se [...]

Esses produtos tem um valor-de-uso individual, atendendo sua necessidade material, mas por outrem, também, atende as necessidades sociais, se tornando um valor de troca. “Valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam relação que muda constantemente no tempo, e no espaço” (MARX, 2004, p. 58).

Para dar valor a mercadoria se observa não apenas a qualidade, mas o tempo empregado para a sua produção. Na percepção de Marx (2004), o valor da mercadoria não é medido pelo valor-de-uso, pois nem tudo que é valor-de-uso pode ser valor de troca, apesar de ser produto do trabalho individual, muda e acordo com o tempo de trabalho empregado nessa mercadoria.

Marx explica que os valores mudam de acordo com o desejo e as necessidades;

Uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. [...] uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfazem a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social (MARX, 2004, p. 62, 63).

Assim para se tornar uma mercadoria de valor, o produto precisa ter valor social útil para outro, pois através da troca de produtos úteis se estabelece o valor-de-uso. O produto útil só poderá ser trocado por outro produto de trabalho diferente e particular, onde a diferença dos trabalhos como um negócio particular de produtos autônomos, leva a divisão social do trabalho (MARX, 2004).

Podemos relacionar o valor de um determinado produto pelo trabalho socialmente aplicado e pela utilidade que essa mercadoria venha a ter, assim compreendemos que o valor da mercadoria é dado pelo tempo estabelecido em sua produção e mais, que esse valor pode ser alterado na proporção em que sua produção tenha sofrido modificações ao longo do processo de trabalho.

Marx (2004. p, 64/ 65), afirmar que:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil... É indispensável á existência do homem "quaisquer que sejam as formas da sociedade", é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre os homens e a natureza e, portanto de manter a vida humana. [...] as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho.

Entendemos que as mercadorias são produtos úteis produzidos pelo trabalho concreto, utilizados para atender as necessidades sociais e materiais dos indivíduos. "O valor das mercadorias só se expressa na relação de troca. Na expressão dos valores se distinguem dois polos: a mercadoria, cujo valor se expressa (forma relativa), e aquela que se expressa esse valor (forma equivalente)" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 39).

O valor-de-uso (trabalho concreto) depende das qualidades físicas que se apresentam com uma finalidade específica, mas nem todo valor-de-uso pode se classificar como mercadoria. Pois existem necessidades físicas que não podemos classificar como mercadorias, por que não podem ser trocadas. Já o valor de troca (trabalho abstrato) pode ser caracterizado pela necessidade socialmente estabelecida

pelo produto, onde a seu valor e dado a partir do tempo/ trabalho dedicado pelo homem em sua produção (MARX, 2004).

Nas relações que os homens estabelecem através da troca seus trabalhos equivalentes materializados em objetos, o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo relação entre os produtos de seus trabalhos, entre coisas independentes de seus produtores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 41).

Então, o processo de troca torna-se um processo regular social que é absorvida por vários povos satisfazendo suas necessidades de uso. “Na troca direta de produtos, cada mercadoria e para seu possuidor, meio de troca; para o seu não possuidor, equivalente, mas só quando for para ele valor-de-uso” (MARX, 2004, p. 113).

Completando Marx afirma:

À medida que a troca de mercadorias rompe os laços locais e que se cristaliza cada vez mais trabalho humano em geral no valor das mercadorias, passa a forma de dinheiro a localizar-se nas mercadorias que por natureza se, prestam a função social de equivalente universal, os metais preciosos (MARX, 2004, p. 114).

Só podemos estabelecer relações e valores comparando-as com outras que sejam equivalente geral, sendo assim, a mercadoria é socialmente eleita como modelo assumindo a equivalência em forma de dinheiro. Marx (2004), afirma que o conceito de mercadorias se mostra como um processo social de trocas, onde, a evolução desse processo nos levou a mercantilização dos produtos, a mercadoria se tornaria um equivalente geral, utilizado em todos os povos, inicialmente ouro prata e que logo assumiria a forma que conhecemos hoje capital (dinheiro).

Nas palavras de lamamoto e Carvalho (2012, p. 42):

O capital na sua forma elementar de dinheiro ou mercadoria só é potencialmente capital; deve se transformar em capital real e efetivo no processo de produção, mediante a incorporação da força de trabalho viva, que conserva os valores das mercadorias que ingressão no processo produtivo e cria novos valores.

Para dar valor um produto se estima o tempo empregado na sua produção, embora seja essa a principal característica do valor de troca, levemos em consideração que pra garantir esse processo os produtores de mercadoria

encontram maneiras de evolução, lamamoto e Carvalho (2012), explicam que embora pareça uma relação entre objetos materiais, se trata de uma relação social concreta, pois é no desenvolvimento da reprodução social que decorrem o surgimento da racionalidade de uma atividade objetivada pelo trabalho, implicando na produção e reprodução das condições materiais da existência humana em uma atividade social, produzindo o capital. O surgimento do dinheiro como principal instrumento de troca de produtos, se torna um equivalente universal na sociedade mercantil.

O surgimento do equivalente universal permitiu que a circulação das mercadorias avançasse ainda mais; no entanto, somente quando esse equivalente universal passou a ser uma mercadoria dotada de propriedades especiais [...], a circulação mercantil pôde florescer — e foram os metais preciosos (ouro, prata), convertidos em dinheiro, que se mostraram adequados a essa função (NETTO; BRAZ, 2012, p.102).

As transformações das relações sociais no sistema capitalista se iniciaram através do sistema de troca transformando a mercadoria em valor mistificado: o dinheiro. Portanto, o dinheiro se torna o equivalente geral das mercadorias, isto é, o meio facilitador de troca entre os diversos tipos de produtos e toda mercadoria só existe para satisfazer nossas necessidades tanto materiais quanto espirituais.

3.1- AS RELAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO: o valor sob a ótica do capital, fetichismo e mais-valia.

Na relação social histórica da sociedade capitalista o homem estabelece valores à produção, onde a mercadoria é a forma mais simples do valor e o dinheiro a forma mais complexa. Atribuímos à mercadoria qualidades e valores que elas não têm e damos as esse produto um poder místico social. “Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual” (MARX, 2004, p. 117).

Marx, (2004), relaciona o valor da mercadoria a uma relação social entre os produtos, pois assume uma imagem misteriosa, um valor peculiar em relação ao trabalho. “Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica entre coisas” (MARX, 2004, p. 94). O mistério da forma da

mercadoria consiste no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características.

Para Netto e Braz (2012, p. 105):

A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens. Na medida em que a troca mercantil é regulada por uma lei que não resulta do controle consciente dos homens sobre a produção (a lei do valor), na medida em que o movimento das mercadorias se apresenta independentemente da vontade de cada produtor, opera-se uma inversão: a mercadoria, criada pelos homens, aparece como algo que os domina; a criatura (mercadoria) revela um poder que passa a dominar o criador (homens).

Os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. “No mercado, a mercadoria realiza esta inversão: as relações sociais, relações entre homens, aparecem como relações entre coisas. As relações entre os produtos mostram-se como relações entre mercadorias” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 105).

A mercadoria passa a ter um valor místico, atribuído à inversão de valores que passa a ser como do capital. “A primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metálicas e argúcias teológicas” (MARX, 2004, p. 92). “Constata-se, pois, um caráter misterioso das mercadorias, mistério esse que se faz com as relações sociais entre pessoas, expressas através das relações materiais entre coisas, apareçam invertidas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 41).

Marx chama a forma fantasmagórica da mercadoria de fetiche. Entendemos, pois, que fetiche da mercadoria, é um processo das relações sociais onde os valores das mercadorias se sobrepõem ao trabalho humano em seu processo de produção, damos ao produto um valor social onde o tempo de trabalho esta relacionado ao valor do produto e esse valor aparece na forma de dinheiro.

Complementam Iamamoto e Carvalho (2012):

O capital na sua forma elementar de dinheiro ou mercadoria só é potencialmente capital; deve se transformar em capital real e efetivo no processo de produção, mediante a incorporação da força de trabalho vivo, que conserva os valores das mercadorias que ingressam no processo produtivo e cria novos valores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 42).

O capital passa a ser o de detentor das forças produtivas, onde assume o monopólio dos meios de produção de uma parte da sociedade capitalista.

O valor do trabalho se traduz na troca. [...] “os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio deste entre os produtores” (MARX, 2004, p. 95). A mercadoria traz em sua concepção mais valor do que o próprio trabalho, pois se trata de um valor atribuído ao sua utilidade social, que só é perceptível após a troca, seu valor será atribuído ao tempo equivalente necessário para sua produção, dessa forma, o mesmo processo que atribuímos a fetichização<sup>2</sup> do dinheiro e o mesmo que se atribui a reificação ou coisificação do homem.

Para Iamamoto (2014), “O pensamento fetichista transforma as relações sociais de produção, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadoria) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro)”. É essa inversão de valores implica na alienação do homem no processo de produção de mercadorias, que são trocadas por um equivalente universal (dinheiro), que passa a ser a principal medida de valor.

Sendo essa a principal “[...] condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto inicial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força do trabalho como mercadoria” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 45).

Quanto mais se desenvolve a produção mercantil e os processos das relações sociais de trabalho sob o domínio do capital, se alienam os próprios homens, a um sistema que os aprisiona (IAMAMOTO, 2014).

Para esse novo processo, de produção capitalista aparece novas formas de dominação, do homem, pois aparecimento das forças produtivas e a divisão social do trabalho nos levaram ao modelo de produção capitalista. Modelo em que o capital assume uma nova concepção, a produção da mais-valia.

Mais-valia são produtos da produção capitalista, que possuem mais valor de troca, que valor-de-uso, ou seja, representa mais trabalho excedente para a sua produção, e nesse processo que o sistema capitalista encontra sua força e traz as diferentes maneiras de produção e exploração do trabalhador.

---

<sup>2</sup> O conceito de “fetichismo da mercadoria” foi cunhado por Karl Marx (1818- 1883) na obra-prima intitulada O Capital [1867], estando diretamente ligado a outro conceito, o de “alienação”. Esse é o “Fetichismo da Mercadoria”, a qual nos leva a consumir diversos produtos sem, contudo, levar em consideração as relações sociais existentes na sua produção (BODART, 2016).

Corroboram lamamoto e Carvalho (2012, p. 42-43):

A função específica do capital é a produção de um sobrevalor ou de valor maior do que aquele adiantado no início do ciclo produtivo. Este sobrevalor ou mais-valia é o fim e o resultado do processo capitalista de produção. Significa substancialmente materialização de tempo de trabalho excedente, trabalho não pago apropriado pela classe capitalista.

Todos os processos de trabalhos capitalistas se complementam e a mais-valia “[...] e um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, [...] ademais, em todo processo de produzir valor, o trabalho superior tem de ser reduzido a trabalho social médio [...]” Marx, (2004, p. 231).

A transformação do trabalho e dos meios de produção capitalista ocorre gradativamente, onde às mercadorias se transformam em valor-de-uso e de valor-de-troca em capital e enfim na evolui pra o que conhecemos hoje como dinheiro tornando-se a mercadoria universal da troca. O início do processo capitalista, já se organiza como força predominante criando mecanismos de apropriação da força do trabalho.

#### **4. AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO:** as costureiras como objeto de estudo.

Em meados do século XVIII intensifica-se o processo de desenvolvimento capitalista. Inicia-se na Inglaterra a revolução industrial, que se espalhou em todo o mundo trazendo o capitalismo como o grande causador das múltiplas transformações no mundo do trabalho. A Revolução Industrial foi caracterizada pela construção do sistema fabril mecanizado, isto é, utilizavam máquinas no lugar de ferramentas e substituíam as forças humanas por outros mecanismos (vapor, carvão e, posteriormente, eletricidade e motores à combustão interna) (CAMPOS; CLARO, 2013).

A Revolução Industrial, no entanto, não foi uma ruptura técnica, mas a herdeira de um longo processo de aprendizagem e um longo percurso de surgimento de inovações técnicas. Essas inovações levaram a multiplicação acelerada de mercadorias e serviços. O impacto sobre as estruturas econômicas foi brutal. Criaram-se necessidades de consumo: o surgimento de novos produtos e a redução dos custos de produção dos já existentes de ampliaram o mercado consumidor. A aceleração do crescimento econômico, marcado pelo investimento de capitais em tecnologia visando maior produtividade, torna-se a regra da sociedade capitalista (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 114).

Toda a evolução do mundo do trabalho acontece gradativamente a partir do desenvolvimento das forças produtivas da evolução do sistema capitalista. A classe burguesa se expande através do comércio, o sistema de escravista se dissolve, surge o feudalismo que também declinou e somente “a partir da revolução capitalista o trabalho assalariado se generaliza, o lucro se torna o objetivo da atividade econômica, e a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a necessariamente ocorrer” (PEREIRA, 2016, p. 3).

Assumindo a nova forma de controle das classes sociais, a burguesia promove o que chamamos de Revolução Capitalista em que os avanços tecnológicos e ideológicos se expandem para todas as nações e se desenvolvem os Estados e formam estados-nação, viabilizando um novo modo de produção e um grande desenvolvimento econômico.

Pereira nos mostra enfaticamente no texto:

A Revolução Capitalista na base da sociedade termina a escravidão e começa o trabalho assalariado e muda o sistema de apropriação do excedente econômico – da renda que excede o consumo necessário. Muda de forma que dependem do próprio controle do Estado, como a escravidão, a servidão, a redução de povos à condição colonial e o pagamento de impostos, a expropriação das terras comuns, a expropriação das terras da Igreja, a constituição de monopólios estatais, para formas que dependem do mercado – primeiro o lucro ou mais valia e, mais tarde, também através de altos salários e bônus obtidos no mercado. E a coordenação econômica deixa de ser realizada essencialmente pelo Estado, para ser, no capitalismo, realizada também pelo mercado, que deixa de ser local para se transformar em um mercado nacional (PEREIRA, 2016, p. 4,5).

Os avanços tecnológicos da revolução industrial trazem os novos modelos de produção, intensificam os processos de acumulação de capital e exploração do trabalhador. Essa industrialização se desenvolve e se expandem pelo mundo, trazendo grandes transformações para o a sociedade em geral. “O mundo assim vai se convertendo em um mundo crescentemente sob a regência do capital, e este se revela como potência universalizadora máxima [...]” (LESSA; IVO 2011, p. 65).

Para entendermos melhor Pereira, explana:

A revolução industrial aconteceu antes na Inglaterra e na França do que na Alemanha, embora esta, enquanto sociedade pré-industrial fosse tão ou mais desenvolvida, porque foram aqueles dois os primeiros estados-nação que se formaram, enquanto que a Alemanha atrasou-se em alcançar a união política. A revolução industrial se desencadeou na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, auxiliada pelo progresso tecnológico que então se acelerava. Formou-se, então um círculo virtuoso: o progresso técnico estimulava a industrialização que, por sua vez, demandava mais e mais progresso tecnológico. E desta maneira o mundo que mudava para sempre, agora movido pela acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. Surgia, assim, desenvolvimento econômico que passava a abrir espaço para o “progresso” iluminista e para o “desenvolvimento humano” do século XX (PEREIRA, 2016, p. 7).

O início das múltiplas transformações do capitalismo ocorre sempre sob a ótica da acumulação e do processo de alienação do trabalho onde se iniciam as lutas de classes. Sobe o crescimento do processo de industrialização dos meios de produção, onde ocorreram as grandes mudanças sociais do mundo do trabalho.

A Revolução Industrial, citada por vários autores relatam essa uma divisão em seu processo onde não se restringe apenas aos séculos XVIII e XIX, pelo contrário, é uma Revolução permanente, que se aprimora a cada dia (ANTUNES, 2009; ALVES, 2015; PEREIRA, 2016), como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 1-** Sobre a revolução industrial principais pontos.

1ªRevolução Industrial		2ªRevolução Industrial		3ª Revolução Industrial	
Inglaterra (segunda metade do século XVIII);	Máquina a Vapor; Ferro e Carvão.	Europa, EUA e Japão (segunda metade do século XIX)	Motor a combustão interna e energia elétrica; Aço e Petróleo.	Mundo (após 2ª Guerra Mundial)	Biotecnologia e Microeletrônica; Era das Comunicações; Globalização.

**FONTE:** Adaptado de Antunes, 2009; Alves, 2015; Pereira, 2016.

São sob a lógica do capital que o processo de transformações no mundo do trabalho se fundamenta, todas as suas variações e relações que se originam das desigualdades sociais no modo de ser capitalista.

O processo de produção e reprodução das forças produtivas, emergiram para esse modelo de trabalho superexplorado que configuração as mudanças e nos desajustamentos do trabalho em nossa atual conjuntura.

#### 4.1- A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DA COSTURA EM FORTALEZA.

O algodão em meados do século XVIII, já era cultivado pelos índios, estando bem adptado ao solo nordestino sendo um dos fatores de maior destaque no processo de industrialização do Ceará. Na revolução Industrial teve o aumento da procura por materia prima o “algodão” sendo destacado por historiadores, como o principal responsável pelo crescimento e desenvolvimento do processo da indústria têxtil no Brasil.

Segundo Muniz (2016, p.421), a implantação da indústria têxtil no Ceará foi favorecida pela disponibilidade da matéria-prima (algodão), tendo sido seu beneficiamento impulsionado no período pós-guerra de Secessão (1862-1866).

Sendo os Estados Unidos, o principal fornecedor de matéria prima, e por conta da guerra civil deixa de atender suas demandas de exportação. O crescimento Industrial passa a se desenvolver em Fortaleza, se tornando o grande coletor da produção agrícola e pastoril do interior por ser a cidade mais próxima pra o embarque desse algodão.

Na perspectiva de Aragão (2002, p. 71), outros fatores que impulsionaram o investimento na indústria têxtil foram:

O preço desse produto no mercado, a criação de uma infraestrutura capaz de sustentar a produção e comercialização do produto, incluindo aí o próprio papel do Estado e, sobretudo, as possibilidades de acumulação de capital oriundas da comercialização do algodão.

Esse crescimento das lavouras de algodão se torna a principal fonte de renda dos agricultores, mas com a volta dos Estados Unidos ao mercado de exportação o algodão nordestino passa por um processo de desvalorização e ainda sofre por ataques de pragas, deixando para o Estado a responsabilidade de uma intervenção política no crescimento industrial desse segmento. Inicia-se um novo modo de aproveitamento da matéria prima, Fortaleza torna-se assim além de exportadora, em transformadora de produtos primários.

O início do século para os têxteis foi considerado “anos dourados”. Segundo Aragão:

[...] a produção fabril brasileira triplicou, de maneira que havia 202 fábricas espalhadas por 17 estados, consumindo 60.500 kg de algodão em rama, substituindo um grande volume de importação de tecidos, que caiu 50% no período de 1914 a 1918. O boom maior vem, no entanto, com o período da Primeira Guerra Mundial, quando a indústria, segundo Stein (*apud* Aragão 1989: 72), fornecia “75% a 80% dos tecidos de algodão consumidos no país, sendo que os tecidos importados para consumo já haviam sido praticamente excluídos do mercado” (ARAGÃO, 2002).

As indústrias têxteis no Ceará ainda bem modestas começavam a investir em máquinas de teares. Tendo um algodão diferenciado, por ter fibras longas o “Mocó”, se tornava aceito nas exportações se beneficiam das vantagens que a Inglaterra encontrando no Ceará o que procurava. Segundo Muniz (2016), “O aparecimento das primeiras indústrias têxteis cearenses é viabilizado por via capital próprio dos investidores locais, oriundo dos excedentes do comércio e sem a proteção do Estado”.

A industrialização iniciada pela Fábrica Progresso foi um marco no desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará, dando início a uma nova ordem social, onde o desenvolvimento industrial dessa região se fortaleceria com o desenvolvimento industrial, mas de início dependeriam exclusivamente de investimentos próprios, encorajados os “pioneiros” no desenvolvimento do beneficiamento do algodão, e se estende até o final dos anos 50.

Na expressão de Elizabeth Aragão (1989, p. 20):

[...] a Indústria têxtil no Ceará, considerando exclusivamente o Setor de Fiação e Tecelagem, se instala a partir da década de 80 do século passado, percorrendo um período de efervescência que se prolonga até 1930, o qual permanece substancialmente inalterado até os meados de 1950. De 1930 a 1940 ela vive momentos de fraco crescimento-estagnação e a partir de 1939 é revitalizada com a explosão da Segunda Guerra Mundial parando gradualmente na década de 1950.

O desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará está intrinsecamente relacionado com o contexto sócio-histórico e econômico de formação e ocupação do espaço cearense. Implantação da indústria têxtil no Ceará foi favorecida pela disponibilidade da matéria-prima (algodão), tendo sido seu beneficiamento impulsionado no período pós-guerra de Secessão.

## 5. A CRISE DO CAPITALISMO

Caracterizamos como crise, uma fase difícil, grave na evolução das coisas, período de instabilidade financeira política ou social, ligado a vários aspectos mais no momento, vamos estudá-la sob os aspectos econômicos que tem significado geral de circunstâncias desfavoráveis com frequência ligadas à economia. Para entendermos o processo que estudaremos em seguida faremos uma pequena análise sobre a crise de 29 e segundo Ramos (1997, p. 78):

A primeira grande crise perdurou toda a metade do século XIX tendo como auge a Grande Depressão de 1929/33. A crise não é exclusividade do capitalismo, sempre houve períodos de adversidade na história do homem. Contudo, antes do advento do sistema capitalista, elas ocorriam em razão de fatores anormais, tais como fenômenos naturais (secas, inundações, epidemias) ou por fatores sociais (guerras) que geravam a escassez de um produto e, conseqüentemente, a alta do seu valor. No capitalismo, como adverte HUBERMAN (1959:258), a crise parece parte e parcela de nosso sistema econômico; é caracterizado não pela escassez, mas pela superabundância.

Não trata-se de crise de consumo ou produção, mas crise de acumulação de capital, pois, se os pregos caem, a base de lucratividade é afetado e o capital não se acumula, estando, assim, em crise. Nesses períodos, a superprodução é combatida pela recessão, cujos efeitos são a queda brusca da produção, o desemprego em massa, redução dos níveis salariais, corrosão da taxa de lucratividade.

A respeito da crise do capitalismo, Antunes (2015) diz:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca e de produtividade, por novas formas de adequações da produção à lógica do mercado [...] (ANTUNES, 2015, p. 34).

A importância do processo de reestruturação produtiva e a flexibilização no sistema de produção, trouxe novas possibilidades de mercado e mutações no interior do mundo trabalho, problemas sociais de desemprego em massa e as privatizações, a terceirização da mão de obra.

O sistema capitalista adquire mais poder através dos processos de acumulação, sob o domínio das forças produtivas e para isso desenvolveu ao longo dos séculos, novos modelos de exploração do trabalho. Esses novos modelos de trabalho basearam-se no padrão de produção, fordista/taylorista onde ocorre a

fragmentação do trabalho e, no qual as tarefas eram divididas a fim de que os operários praticassem o mesmo processo repetitivamente, onde o resultado seria um todo do produto produzido coletivamente (CUNHA, 2007).

Foi inicialmente na indústria automobilística, que o novo sistema de trabalho foi inserido no Brasil, trazendo assim as transformações sociais e o crescimento do sistema capitalista em nosso país. Para Antunes (2009), os processos denominados fordista /taylorista transformaram a produção industrial capitalista e expandiram-se em grande parte dos setores de serviços, baseados na acumulação intensiva e no aumento da mais-valia e no desenvolvimento do operário coletivo com pouca qualificação.

Para Antunes (2003 *apud* Cunha, 2007), o modelo fordismo/taylorismo:

Foi baseado na produção em massa de mercadorias, com concessões salariais diretas e indiretas, como a previdência social, aos trabalhadores, que, em contrapartida, abdicaram do projeto de emancipação da classe. Com isso, agregado à coerção social, o modelo foi considerado o período áureo do capitalismo.

Mas para que tal método de produção obtivesse êxito era necessário que a sociedade se convencesse de suas vantagens, cedendo o controle sobre seu modo de trabalho e de vida. Segundo Cunha (2007, p.119):

O fordismo/taylorismo consubstanciava-se em um modelo de controle do capital sobre o trabalho, com a concessão de algumas vantagens aos trabalhadores em troca de seu abandono do projeto de controle da produção. Por isso, não era mero modelo produtivo, mas, sobretudo um expediente utilizado pelo capitalismo para o controle da sociedade e a manutenção do sistema diante das consequências nefastas (para a classe trabalhadora) advindas do liberalismo. Com isso, foram necessárias concessões salariais diretas e indiretas a fim de que os trabalhadores abdicassem da luta de classes.

Esse novo modelo de produção em série propiciou o surgimento de grandes indústrias, e ao longo dos avanços tecnológicos, surgia definitiva a separação entre o capital e o trabalho, onde o capital denteia-se a burguesia e o trabalho ao proletariado, lhe restando apenas a sua força de trabalho sendo explorada ao máximo, assim o desenvolvimento capitalista traz a supremacia burguesa na ordem econômica e na formação da classe operária.

Nesse contexto, esclarece Cunha:

Esse método de trabalho não foi, contudo, aceito de forma pacífica pelos trabalhadores. Houve greves na metalurgia em virtude do sistema de pagamento por prêmios, da desqualificação, e devido ao controle do tempo pelo cronômetro. Os trabalhadores mais qualificados reclamavam contra a expropriação do saber e a quebra da autonomia. Os operários com menor qualificação buscavam melhores salários e diminuição no ritmo de trabalho. (CUNHA, 2007, p. 187)

Esse novo modelo de produção tinha como base principal o controle de seus trabalhadores, dando-lhes como única alternativa a venda da sua força de trabalho. Assim, o fordismo/taylorismo não pode ser considerado como um simples modelo de produção, mas, sobretudo, como um artifício utilizado para a dominação social.

Segundo Giselle Ávila Leal de Meirelles (2016, p.163):

De acordo com o principal criador do toyotismo, Tapichi Ohno (daí a denominação toyotismo ou ohnismo), o sistema Toyota originou-se de uma necessidade particular da realidade japonesa, que precisava produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos. Somente depois é que este modelo de produção evoluiu para se tornar um verdadeiro sistema de produção. O toyotismo consolidou-se como modelo de reestruturação produtiva capitalista, em escala mundial, a partir do debate europeu sobre a indústria japonesa, no início dos anos de 1990.

Há, também, a análise de Behring (2011 *apud* Meirelles 2016), sobre a ampliação da exploração capital/trabalho no processo toyotista, no qual se destaca que:

[...] nos primórdios do capitalismo, a base para extração da mais-valia era a extensão da jornada de trabalho. Com a luta operária, o desenvolvimento tecnológico e a monopolização crescente do capital, esta base passou a ser a produtividade do trabalho por meio da introdução de tecnologias capital intensivas em larga escala, predominando a mais-valia relativa. Hoje, na chamada acumulação flexível (Harvey), observa-se um retorno da mais-valia absoluta em combinação com uma intensificação sem precedentes do processo de trabalho, tal como se afigura na experiência toyotista. Essas mudanças, portanto, operam alterações nas formas pelas quais a lei do valor se expressa nos ciclos econômicos do capital (BEHRING, 2011, p. 165).

Portanto, a reestruturação produtiva em curso propõe a flexibilização dos processos de trabalho, das especializações, das empresas, dos salários, da mente do trabalhador, enfim, de tudo o que está vinculado ao processo produtivo, com vistas à maximização da acumulação do capital (MEIRELLES, 2016).

Em relação à incorporação do taylorismo/fordismo, por exemplo, Antunes (2011) salienta que:

[...] dada à particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo latino-americano em relação aos países centrais, o binômio taylorismo/fordismo teve – e ainda tem – um caráter periférico em relação àquele que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico. E o fez sustentado em um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de mais-valia para o capital (ANTUNES, 2009, p.22).

Quanto à maneira encontrada pelo capitalismo para superar as crises e contradições, tendo como finalidade reproduzir o capital e concentrá-lo nas mãos da elite, Ramos (1997) diz:

A acumulação é de capital, assim como ocorre desde as revoluções comercial e industrial, seguindo a racionalidade capitalista da acumulação e concentração. Só que, ao contrário do que ocorreu no período fordista, no qual a acumulação era baseada em padrões rígidos, a acumulação agora é flexível, pois flexível é o mercado e, por isso, flexível deve ser o processo de produção e a exploração da força de trabalho. Dessa forma, flexível deve ser a legislação, impondo-se a desregulamentação do ordenamento jurídico de perfil rígido (RAMOS, 1997. p. 82).

A adoção do modo de acumulação flexível de capital decorre de necessidade de o capitalista superar a crise e manter ou alcançar a maior taxa de lucros, que é o elemento motriz de todo o sistema. Reduzir os custos dos fatores de produção. A redução do capital constante não se deu nos investimentos de máquinas modernas, mas em relação à manutenção de estruturas vinculadas à produção em massa, como por exemplo, no estoque.

A eliminação do estoque, sem qualquer dúvida, reduz custos e, assim, aumenta o lucro. No contexto de reestruturação produtiva do capital e com o avanço do ideário neoliberal, na década de 1980, a lógica da privatização, desregulamentação e precarização do trabalho alteraram as relações sociais de produção para a classe trabalhadora latino-americana.

Nesse sentido, Antunes (2009) complementa que:

[...] praticamente todos os países latino-americanos dotados de áreas industrializadas implementaram em suas empresas os processos de downsizing (redução dos níveis hierárquicos) por meio de uma enorme redução do número de trabalhadores e do número de exploração da força de trabalho, o que significa que o processo tecnológico e informacional também passou por sérias mutações. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva foram introduzidas com grande intensidade, mesclando-se aos novos processos produtivos baseados na acumulação flexível, ou ainda no chamado toyotismo (ou modelo japonês), que se expandiu para o capitalismo ocidental de modo muito vigoroso e ampliado desde os anos 1970, - para a América Latina, especialmente a partir dos anos 1980 (ANTUNES, 2009, p. 39).

Sobre a terceirização do sistema de trabalho segundo Alves é importante considerar o impacto desta reordenação sócio espacial do trabalho sobre a sociabilidade da classe e do homem que trabalha. Isto é, a terceirização é uma estratégia de gestão/ manipulação do trabalhador coletivo do capital voltada para a de subjetivação de classe, possuindo, deste modo, uma função ideológica.

Isso fica evidente em suas palavras:

A terceirização, em si e para si, possui vínculos orgânicos com a nova forma de ser do capitalismo flexível. A dita acumulação flexível, expressão utilizada por David Harvey, surge como estratégia corporativa que buscava enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobre acumulação, mundialização financeira e novo imperialismo. Ela constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1970, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho assalariado (ALVES, 2010, p. 411).

A terceirização surge de um novo padrão de acumulação capitalista que iremos denominar de acumulação flexível sob o espírito do toyotismo. O impacto sobre o mundo do trabalho no bojo é disruptivo.

A crise neoliberal precariza o trabalho, pois o contexto social que se insere a sociedade capitalista lança um novo modelo de trabalho informal, o de terceirização das indústrias têxteis. Diante de algumas dificuldades, a costureira opta muitas vezes por trabalhar em casa por questões pessoais ou em alguns casos por falta de oportunidades em grandes empresas, mas também por outros fatores diversos.

Siqueira por sua vez, destaca:

[...] que as transformações recentes no mundo do trabalho, notadamente, também chegaram ao contexto da produção têxtil e de confecção, impondo desafios e novos ordenamentos no modo de produzir e, conseqüentemente, engendrando nova organização deste trabalho e das relações dela decorrentes, impactando na vida do trabalhador ou trabalhadora de confecção e/ou do vestuário, produzindo experiências específicas (SIQUEIRA, 2012, p. 18).

É nesse contexto de transformações no mundo do trabalho, que a costureira desempregada encontra uma nova forma de continuar trabalhando, terceirizando sua força de trabalho. De uma maneira bastante precária, continua desempenhando as mesmas funções da fábrica, agora em sua residência, com seu maquinário ou até mesmo, emprestada pela própria empresa, que fornece a matéria prima, no ponto de ser confeccionada, e a costureira emprega sua força de trabalho, mas agora sem garantias nenhuma por parte da empresa ou da previdência.

## 5.1 O MODO DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS FACCIONISTAS.

Diante dos processos de transformações no sistema de trabalho baseadas em Antunes (2009) e algumas teses de Mestrados e artigos sobre o trabalho de costureiras faccionistas<sup>3</sup>, Siqueira (2012), Meirelles (2016) Pereira; Aranha (2006), Leite (2004), Matos (2008) que nos possibilitou fazer um recorte desse sistema de trabalho, onde nossas trabalhadoras estão inseridas, sob um sistema de trabalho dominado pelo capitalismo, produzindo mais-valia. Configurando uma das muitas formas de trabalho precarizadas que, trabalhadoras estão inseridas, pois, somente através de sua força de trabalho, garantem o sustento de suas muitas famílias.

“Atendendo às necessidades de flexibilização da produção, muita empresa tem reduzido seus quadros de funcionários efetivos, terceirizando partes do processo produtivo” (MATOS, 2008, p. 11). A flexibilização do trabalho que antes se chamava de subcontratação agora nada mais é uma nova forma de dominação

---

<sup>3</sup> **Faccionistas:** São costureiras autônomas, que trabalham em casa para grandes empresas de confecção que fazem muitas vezes a penas a parte da costura.

capitalista. Essa modalidade de contratação encontra-se, em vários setores, pois essa é a principal característica das empresas prestadoras de serviço.

No caso das fábricas a intenção é recuperar as taxas de lucros através da redução de custos. E para tanto, subcontratam as pequenas unidades e serviço, por terem uma redução significativa em impostos e benefícios, ou ainda pelo uso de trabalho ilegal ou informal, visto que nas pequenas unidades fica menos exposta a fiscalização, pois geralmente localiza-se na casa da faccionista. Outra característica também é a ausência de um contrato, tanto para os contratantes quanto para os trabalhadores, todos firmam compromisso de maneira informal (MATOS, 2008).

Então essa redução de custos que a empresa contratante economizou termina recaindo sobre os trabalhadores no caso a costureira, e até mesmo a faccionista (dona da casa e das máquinas a que recebe a produção e o pagamento).

Essa nova morfologia do trabalho surge sob o processo de consolidação do modelo flexível do trabalho industrial, aparecendo o nosso objeto e pesquisa à costureira de facção<sup>4</sup>. Em outras palavras, uma confecção que não possui marca própria, estilistas, desenhistas, lojas. A facção é onde, as costureiras costumam, na maioria das vezes trabalham em suas próprias casas ou de suas parceiras, não possuem vínculo formalizado de trabalho. Portanto, sem garantias sociais, sujeitas a condições de trabalho inseguras e sem ergonomia, ganham pelo que produzem. Ou seja, por peça pronta (SIQUEIRA, 2012).

As costureiras montam a peça toda, fugindo à extrema fragmentação de tarefas imposta no processo industrial de confecção. Possuem uma noção precisa do processo de trabalho como um todo e uma alta qualificação, geralmente adquirida na prática. Assim, a precarização do trabalho não necessariamente implica na desqualificação do saber da trabalhadora. Apresentamos, portanto, a Pedagogia do Lar/Oficinal, as dimensões educativas do trabalho a domicílio (PEREIRA, ARANHA, 2006, p. 108).

Em Marx (2004), toda a história do sistema capitalista de trabalho pode destacar algumas transformações ocorridas entre o ser humano, a natureza e nas relações sociais entre os próprios seres humanos. Por meio do trabalho o homem pode transformar a natureza e a si mesmo. Levando em consideração que as

---

<sup>4</sup> **Facção de costura:** São pequenas empresas familiares voltadas para a produção do vestuário destinadas a realizar serviços de confecções para grandes indústrias, localizada na própria residência.

próprias noções de trabalho, assim como o mundo, também passam por transformações ao longo do tempo.

Nas palavras de Antunes (2015, p. 123):

[...] a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais quanto no Brasil. Sabemos que um amplo contingente da força humana disponível para trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural.

Para Antunes (2009), a classe que vive do trabalho, (proletariado) inclui todos aqueles que vendem sua força de trabalho, produtivos e improdutivos, incorporando a totalidade de trabalho coletivo assalariado produtor da mais-valia participa diretamente e indiretamente do processo de valorização do capital, considerando, pois também, os trabalhadores de serviços também como assalariados sob uma crescente maneira híbrida de trabalhadores produtivos e improdutivos no capitalismo contemporâneo essas duas dimensões da classe trabalhadora contemporânea.

Complementamos Antunes (2009, p.103):

[...] Marx enfatizou muitas vezes [...] o proletariado era essencialmente constituído pelos produtores de mais-valia, que vivenciavam as condições dadas pela subsunção real do trabalho ao capital. [...] a classe-que-vive do trabalho para englobar tanto o proletariado indústria, como o conjunto de assalariados que a sua força de trabalho, (e naturalmente os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital).

Aqueles que vivem do trabalho são incorporados ao proletariado industrial, os assalariados do setor de serviço, o proletário rural, os terceirizados, os da economia informal, e toda a classe trabalhadora excluída dos processos produtiva pela reestruturação produtiva, nessa fase desemprego estrutural (ANTUNES, 2009).

Compreendemos que na classe que vive do trabalho estão todos aqueles que mesmo no trabalho informal ainda servem ao capital, vendendo sua força de trabalho:

A nova organização, ao transferir a produção para outros espaços, como o domicílio, proporcionou, por um lado, o rompimento da relação uma trabalhadora/uma máquina característica do modelo fordista de produção, e, por outro, conseqüentemente, a formação de trabalhadoras polivalentes, multifuncionais e qualificadas para o trabalho. (PEREIRA; ARANHA, 2006, p. 114).

Complementando com o pensamento de Meirelles (2016), os processos de modernização, introduzidos pela reestruturação produtiva nas indústrias de confecções, marcados principalmente por um intenso processo de terceirização da produção e pelo aproveitamento de outros espaços de produção, Tem aumentado a exploração da força de trabalho, queremos destacar o sistema de precarização e exploração do sistema de trabalho capitalista, e da classe trabalhadora que sobrevive desse trabalho, frisamos assim pra destacarmos que o processo de explora se dá em todos os aspectos. Para complementar as muitas mudanças e alterações são necessárias:

[...] e suas inovações trouxeram novas exigências de qualificação e requalificação das costureiras que atuarão dentro desses novos modelos de organização da produção e do trabalho. Entretanto, vale salientar que é falsa a ideia de que com essa nova forma de organização estaria suplantada as organizações assentadas no modelo taylorista/fordista de produção. (PEREIRA, ARANHA, 2006, p. 112).

Lupatini (2007 apud SIQUEIRA, 2012) aponta que através da industrialização têxtil desde a primeira Revolução Industrial tem recriado constantemente seus instrumentos de produção, desenhando processos produtivos mais automatizados e integrados, reduzindo a dependência produtiva do trabalho vivo imediato, caracterizando-se por um modo de produção mais intensivo.

Todos os mecanismos e inovações diferenciados na atividade do vestuário, entretanto, ainda necessitam do contato direto da costureira em sua produção que desde a criação da máquina de costura Singer, em 1851, o trabalho vivo imediato ainda é imprescindível. Complementamos com as palavras de Siqueira (2012) para destacar que somente por volta dos anos 1950, seguindo a evolução tecnológica iniciada com a Revolução Industrial:

[...] o setor de confecção e do vestuário constatou que era possível eliminar grande parte das atividades manuais de operação, quando começou a procurar soluções sofisticadas, surgindo, então, os sistemas automatizados. Estes prevalecem na atualidade com os objetivos de reduzir, ao mínimo, o manuseio (contato manual), o desgaste físico da operadora e, logicamente, obter uma melhoria na qualidade das costuras. É neste âmbito que encontramos o trabalho da costureira. Hoje, ela já não lida com a confecção manual nas indústrias automatizadas ou semimecanizadas, mas tem vários equipamentos, como a máquina de costura e outras de cortes específicos, dentre outros equipamentos oriundos das transformações tecnológicas, que a ajudam na realização de seu trabalho (SIQUEIRA, 2012, p.17,18).

Fica notório dizer que as transformações no mundo do trabalho influenciaram no modo de ser da produção têxtil e de confecção, impondo novos desafios e ordenamentos no modo de produzir e, novas maneiras de organização deste trabalho e das relações que surgiriam com as inovações desse sistema causariam inúmeras mudanças na vida dessas trabalhadoras de confecção e/ou do vestuário, produzindo experiências específicas (SIQUEIRA, 2012).

Acerca desses avanços podemos contatar nas palavras de Pereira e Aranha, (2006):

O avanço tecnológico que vem proporcionando um crescimento baseado em alta produtividade e redução de postos de trabalho passa a coexistir, lado a lado, com outras formas de ocupação, em que a instabilidade nos contratos, os empregos em tempo parcial e a terceirização aparecem como práticas comuns. O crescente processo de terceirização da produção tem marcado as recentes transformações e continua a ser uma característica importante da estrutura organizacional e locacional de inúmeros setores industriais. (PEREIRA; ARANHA, 2006. p, 102).

Em primeiro lugar, o contínuo processo de terceirização vem expulsando o trabalho das empresas de confecção, concentrando-o cada vez mais nas oficinas de costura, onde abunda o trabalho informal, mal pago, desqualificada terceirização, a subcontratação, o trabalho em domicílio, o pagamento por peça, enfim, várias formas de trabalho precário, que levam à informalidade das relações contratuais, favorecem enormemente, de acordo com Leite (2004).

A intensificação da característica de uma elevada exploração do trabalho, por meio da extração da mais-valia relativa em combinação com a mais-valia absoluta onde as costureiras podem a ser contratadas em sistema de facção, Embora muitos ainda desconheçam o sistema de trabalho faccionado, esse modelo de trabalho é bastante a ampliação do ritmo de trabalho e da jornada de trabalho, o acarretam a exploração do trabalho (MEIRELLES 2016).

São vários os fatores causadores do aumento da precarização do trabalho e aqui deixo clara a diferença entre precarização (precário, ineficiente, inseguro) e informalidade (falta de formalidade), como explana Meirelles:

Aqui, vale o alerta para não se confundir informalidade com precarização. Em um país como o Brasil, por exemplo, onde a informalidade no trabalho é uma condição histórica, vale lembrar que a desregulamentação trabalhista promove, também, a precarização do trabalho formal, que é visível em vários dispositivos desregulamentadores, como: horários, descansos, demissões entre outros. O exemplo mais contundente de precarização do trabalho formal, porém, diz respeito às horas extras ou ao Banco de Horas, por tais recursos representarem exemplos clássicos de extração de mais-valia absoluta (MEIRELLES, 2016, p. 63).

E correto destacar, a indústria têxtil, em especial a atividade de confecção e do vestuário como setor da economia que, historicamente, faz parte e produz esta realidade da informalidade. Com seus recentes e antigos arranjos produtivos, pautados nas variadas formas de subcontratação, terceirizações e contratos temporários, de onde o trabalho de costura a domicílio, executado eminentemente por mulheres. É realizado por uma ou mais costureiras, em suas residências, ou de suas parceiras, no formato de facção ou oficina de costura (SIQUEIRA, 2012).

Compreendemos, portanto, que a classe que sobrevive do trabalho hoje, tem se desdobrado para conseguir manter seu custo de vida, devido às múltiplas transformações e arranjos do sistema capitalista, onde a precarização e exploração classe operaria se aprimora.

Diante do exposto, fica evidente que a Revolução Industrial foi um marco na indústria têxtil e que o Ceará, já foi uma grande potência nesse ramo, mas desde os primórdios a costureira era tida como mão de obra. Não diferente da atualidade, que as faccionistas por vezes abandonam as indústrias para desenvolverem trabalhos autônomos em função da busca por melhorias nas suas condições de trabalho e vida.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos autores citados nesse trabalho, podemos destacar uma compreensão do trabalho, onde nas palavras de Marx, ressalta que a natureza é transformada pelo homem através de seu trabalho, e que ao transformar a natureza ele também se transforma e transforma o seu meio.

Podemos constatar que todas as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, e a crise do capital nos levam aos desmontes nos direitos do trabalho. Exploram a força de trabalho das nossas costureiras ficcionistas que saem das fábricas, muitas vezes obrigadas pelo sistema de capitalista, e busca no trabalho autônomo uma alternativa garantidora seu meio de sua subsistência.

O desenvolvimento do sistema capitalista tornou possível todo esse processo de industrialização e crescimento estrutural na sociedade, através do sistema de acumulação o capitalista através de sistema de dominação, aliena a sociedade, em busca constante pelo poder, do homem seu opressor.

Nesse processo de exploração que o trabalhador autônomo, “a costureira faccionista” esta inserido, sendo detentora de sua força de trabalho, é explorada. O aumento do desemprego por causa da crise do capitalismo impulsiona as diversidades dos trabalhadores informais, onde a flexibilização e a terceirização também englobam predominantemente esse exército de reserva.

Concluimos este estudo com o apontamento de uma classe trabalhadora que utiliza sua força de trabalho para produzir mais-valia, onde os meios de produção a que essas trabalhadoras estão inseridas é deveras precarizada e explorada por meio desse sistema de reestruturação produtiva.

O estudo desse caso pode trazer um olhar diferenciado sobre essa classe de trabalhadoras.

Diante da exploração capitalista, as facções de costura têm dados crescentes em nossa cidade, por ser uma das cidades consideradas um polo industrial da confecção. Fortaleza tem muitas fábricas de confecções que terceirizam sua mão de obra, trazendo assim o aumento de mercado informal tem tomado conta dessa categoria, sendo muitas as provedoras do lar é sem um salário digno do trabalho que produz, no qual depende o sustento de suas famílias.

Concluimos através dessa pesquisa que obtivemos respostas satisfatórias, sobre o nosso objeto de pesquisa, pois o trabalho que o homem realiza modifica a natureza e também a si mesmo e principalmente ao meio em que vive.

Percebemos com esse estudo o quanto as costureiras são vítimas do sistema capitalista, onde sofrem as consequências dos desmontes em seus direitos, pois as transformações do mundo do trabalho possibilitam o aumento da exploração e precarização de sua força de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** 2010.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- \_\_\_\_\_, **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: **Bomtempo**, (Mundo do Trabalho) 2009.
- ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Serviço Social & Sociedade, XVII (50): 143-71. São Paulo, Cortez, abr. 1996
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 4ª ed. São Paulo. Cortez, 2006
- BODART, CN. O conceito marxiano de Fetichismo da Mercadoria. **Café com Sociologia.** 2016. Disponível em:<linkdapostagem aqui>. Acesso em: 15 maio de 2018.
- CUNHA, THL. O fordismo/taylorismo, o toyotismo e as implicações na terceirização. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 15 – n. 47, p. 183-210 – jan./jun. 2016.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.** 8 ed. - Curitiba: Positivo, 2010, p.748.
- GOMES, FA. **Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991),** 254 fls. 2012.
- GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2011.
- IAMAMOTO, MV; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAMAMOTO, MV. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- \_\_\_\_\_, **Serviço Social em Tempo de Capita Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- LEITE, M, P. **Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo.** Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 2(1), p. 239-265, 2004.

- LIMA, AMS. **Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio**: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte – PR. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 GT 7. Gênero e Trabalho – Coord. Anne Grace Gomes.
- LESSA, S; TONET, I. **Introdução á Filosofia de Marx**. 2. ed. Expressão Popular, São Paulo, 2011.
- LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. Maceió, EDUFAL, 2007.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política- livro 1. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MATOS, JO. **Os sentidos do trabalho**: a experiência de trabalhadoras de facção de costura da indústria de confecções no Ceará. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2228/1/2008.dis\\_JOMatos.PDF](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2228/1/2008.dis_JOMatos.PDF)> Acesso em: 11 de maio de 2018.
- MINAYO, MCS. **O desafio da pesquisa social**. In: Deslandes, Suely Ferreira (org). Pesquisa Social: teoria método e criatividade. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MEIRELLES, GA. Reestruturação produtiva do capital, pauperização e desigualdade social na América Latina. **SERV. SOC. REV. LONDRINA**, V. 18, N.2, P.52 - 72, JAN. /JUN. 2016.
- MUNIZ, A.M.V. O Ceará e a Indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia** [on line] v. 36 set-dez, 2016. [Fecha de consulta: 9 de julho de 2018] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337148745003>> ISSN.
- NETTO, JP; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução critica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PEREIRA, LCB. **A Revolução Capitalista**. São Paulo, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, junho de 2016. Disponível em: <<http://www.eesp.fgv.br>> Acesso em 20, Maio, 2018.
- PEREIRA, R; ARANHA, M. O saber das costureiras faccionistas da indústria de confecção de Divinópolis. **Revista Trabalho & Educação** – vol.15, nº 2 – jul / dez – 2006.
- RAMOS,R. **Brasil uma História**– 5º.cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro. P, 78. 1997.

SIQUEIRA, LB. **Informalidade e precarização**: o trabalho das costureiras de facção de Fortaleza/Ceará. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em:< <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6844>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.



## **DECLARAÇÃO DE REVISÃO VERNACULAR**

Eu, **Maria Jousy Rodrigues Gomes** portadora do CPF:025.923.793-04 declaro que realizei revisão vernacular da monografia da aluna **CÁCIA MARIA RAMOS MATEUS** do curso de serviço social com o **TEMA: A CLASSE QUE SOBREVIVE DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O MODO DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS FACCIÓNISTAS** e considero o trabalho adequado para entrega à Coordenação do Curso de Bacharelado em serviço social.

Fortaleza, 18 de Julho de 2018.

  
Revisora